



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

**PRÁTICAS E DISCURSOS MÉDICOS SOBRE AS CLASSES TRABALHADORAS
NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ANOS 1930 E 1970**

Leonardo Q. B. Freire dos Santos

Doutorando em História Social – USP

leonardoqbf@hotmail.com

José Maxuel Lourenço Alves

Doutorando em História – UFPE

jmaxsuel17@hotmail.com

Marcante na evolução brasileira, todavia, é o fato de que os períodos em que se podem observar efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários. Os dois períodos notáveis da política social brasileira identificam-se, sem dúvida, ao governo revolucionário de Vargas e à década pós-1966.

Wanderley dos Santos (1979, p. 123)

A epígrafe que abre este artigo sugere um problema de pesquisa e justifica a abordagem proposta: quais os pontos de contato e desacordo entre os dois marcos da política social brasileira, isto é, o período varguista e o pós-1966?

No primeiro destes períodos, o Estado brasileiro constituiu uma noção de cidadania atrelada a “um sistema de estratificação ocupacional”, em que eram considerados cidadãos apenas aqueles que ocupassem uma profissão reconhecida por lei, regulamentada pela carteira de trabalho e representada por um sindicato oficial. Estavam excluídos desta noção





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de cidadania os desempregados, os subempregados, os empregados instáveis e todos cujas ocupações não fossem reconhecidas e regulamentadas pelo Estado (SANTOS, 1979, p. 75 – 76).

Já no segundo contexto, o pós-1966, o exercício dos direitos sociais não estaria mais ligado a atributos puramente ocupacionais, “obrigando a busca de parâmetros mais universais, a saber, tempo de trabalho e renda auferida” (SANTOS, 1979, p. 119). Mas apesar deste início de universalização, o fato é que o Regime Militar estabelecido em 1964 golpeou fortemente os direitos e garantias fundamentais, limitando ou retirando completamente do cidadão diversas faculdades legais. Desse modo, que parece ligar a política social dos dois períodos aqui analisados é a ênfase nos mecanismos de controle social, tendo em vista que ambos deflagraram

[...] processos conflitivos só harmonizados à custa de severo policiamento da força de trabalho industrial e de reforço da prática de regulamentação administrativa da cidadania, sem obter, até agora, qualquer modificação significativa nos tradicionais processos de acumulação e controle social (SANTOS, 1979, p. 106).

Neste texto, buscamos demonstrar como o saber médico atuou na articulação entre a política social projetada pelo Estado brasileiro e a disciplinarização das classes trabalhadoras paraibanas em dois importantes períodos da história do Brasil: os anos 1930, marcados pela ideologia de valorização do trabalho¹¹³ construída pelo governo Vargas, e a década de 1970, caracterizada pela modernização conservadora, que é um aspecto fundamental da manutenção da Ditadura civil militar, na sua radicalização da ideologia varguista sobre o trabalho. Mais precisamente, problematizamos como o saber médico foi operacionalizado na Paraíba para “medicalizar” o proletariado, sob o pretexto de formar trabalhadores “limpos”, fortes” e “saudáveis”.

Na construção desta narrativa, pesquisamos dois corpus documentais: para a década de 1930, textos publicados pelo jornal paraibano *A União*; para os anos 1970, materiais didáticos produzidos pelo Programa de Educação Comunitária para a Saúde - PES do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Para analisar as práticas e os

¹¹³ *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

discursos sobre o corpo do trabalhador que emergem desta documentação, dialogamos com algumas das contribuições teóricas de Michel Foucault, tais como os conceitos de *poder disciplinar*, *normalização*, *governamentalidade* e *dispositivo discursivo*. Além disso, nos valem da análise do discurso, para “racharmos” as palavras que constituem as fontes, tal como provoca o historiador Antônio Torres Montenegro (2010), para que, através desse “estilhaçamento” das prescrições médicas sobre os corpos dos trabalhadores, possamos atar e dar visibilidade aos fios que unem temporalidades distintas no gesto de condução das condutas do proletariado paraibano.

Apesar das especificidades temporais e documentais, foi possível perceber que a representação social predominante nos dois contextos era a do “proletariado” como um “corpo enfermo”, desconhecedor de práticas de higiene e salubridade e “carente de cuidados”, demonstrando a existência de continuidades nas políticas de controle social e nas representações que as elites letradas (desde jornalistas até elaboradores de políticas públicas educacionais e de saúde) produzem sobre as camadas sociais pobres. Tais práticas discursivas contribuiriam para legitimar e normalizar ações médico-disciplinares sobre o corpo das classes trabalhadoras.

A medicalização do proletariado na Paraíba dos anos 1930: um início de conversa

Como mencionado acima, neste item sobre os anos 1930 analisamos os discursos médico-jornalísticos publicados pelo jornal *A União*. Editado em João Pessoa, é o mais antigo jornal paraibano em circulação. Sua primeira edição data de 02 de fevereiro de 1893. *A União* foi criado no governo de Álvaro Lopes Machado, presidente da Paraíba em dois mandatos: de 1892 a 1896, e de 1904 a 1905. Fundado como jornal oficial, financiado pelo erário e dirigido por funcionários públicos nomeados em comissão, *A União* fora projetado para ser o principal canal de comunicação do governo estadual com a sociedade paraibana.

Desse modo, fica muito claro que a linha editorial de *A União* estava intimamente atrelada aos interesses e à visão de mundo das elites políticas locais. Ele era o “arauto do poder”: enaltecia as realizações do governo e comunicava a visão de mundo das elites





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

políticas. Neste ponto, lembremos a reflexão feita pelas historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2018, p. 08) sobre a imprensa ser, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da história: jornais como *A União* não apenas informam o que aconteceu. Em certo sentido, eles também “produzem” acontecimentos, conformam imaginários, ditam comportamentos. Inserido neste contexto, o discurso médico-jornalístico adquire novos significados: além de comunicar uma certa percepção sobre o corpo e as doenças, ele divulga e legitima práticas sociais e visões de mundo.

Nos anos 1930, o jornal *A União* assemelhava-se ao que Foucault (2017, p. 367) chamou de “dispositivo”, isto é, “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Para este autor, o dispositivo demarca

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba **discursos**, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, **enunciados científicos, proposições filosóficas, morais**, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo **é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos** (FOUCAULT, 2017, p. 364, grifos nossos).

Detalhando melhor o conceito, Foucault (2017, p. 364 – 365) esclarece que em um dispositivo os discursos podem emergir como o programa de uma instituição, mas também como elementos que permitem “justificar e mascarar uma prática que permanece muda”. No caso em análise, a prática que se buscava “justificar e mascarar” era a coerção sanitária sobre o trabalhador, visando a formação de corpos dóceis (FOUCAULT, 2013, p. 133). Dessa forma, acreditamos que *A União*, enquanto dispositivo midiático, funcionava como uma rede por onde circulavam discursos sobre a saúde dos trabalhadores que tendiam a legitimar determinadas práticas de poder e coerção sanitária sobre a vida íntima e social deste grupo.

Para demonstrar o funcionamento desta rede disciplinar – articulada em torno do saber médico, do discurso jornalístico e do poder institucional – analisamos o caso do menor Francisco de Assis. Parte de sua história foi apresentada pelo jornal *A União* em 21 de dezembro de 1933. Embora sua idade não seja revelada, o jornal informa que ele





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“pertence a humilde família do bairro Torrelândia. É muito conhecido nesta capital, onde por muito tempo viveu implorando a caridade pública”¹¹⁴.

A referida notícia reforçava estereótipos acerca do proletariado, notadamente ao apropriar-se da associação entre doença e pobreza, presente no imaginário das elites brasileiras desde o final do século XIX (CHALHOUB, 2017, p. 33 – 41). Outra noção evocada pelo jornal era a “preguiça” ou “vadiagem” das classes pobres, “cavalo de batalha” das nossas elites políticas e econômicas desde o Pós-Abolição (CHALHOUB, 2012, p. 64 – 89). Assim, o dispositivo discursivo de *A União* apropriou-se da história de Francisco para alertar seus leitores sobre o “perigo social” representado pelo adoecimento do proletariado, especialmente quando a enfermidade dos mais pobres suscitava comportamentos “indesejáveis”, como a ociosidade e a improdutividade.

É preciso esclarecer que a matéria ora analisada apropriava-se do caso de Francisco para enaltecer “O adiantamento que a cirurgia alcançou nesta capital [...], plenamente comprovado com as numerosas intervenções ultimamente procedidas por alguns dos nossos cirurgiões, em casos de grande importância”. Nesse sentido, a notícia estampava “duas fotografias de um menor operado pelos nossos amigos Drs. Nelson Carreira e Aluisio Raposo, cuja intervenção resultou uma completa transformação no aspecto físico do paciente”¹¹⁵. Abaixo, as referidas fotografias:

¹¹⁴ *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.

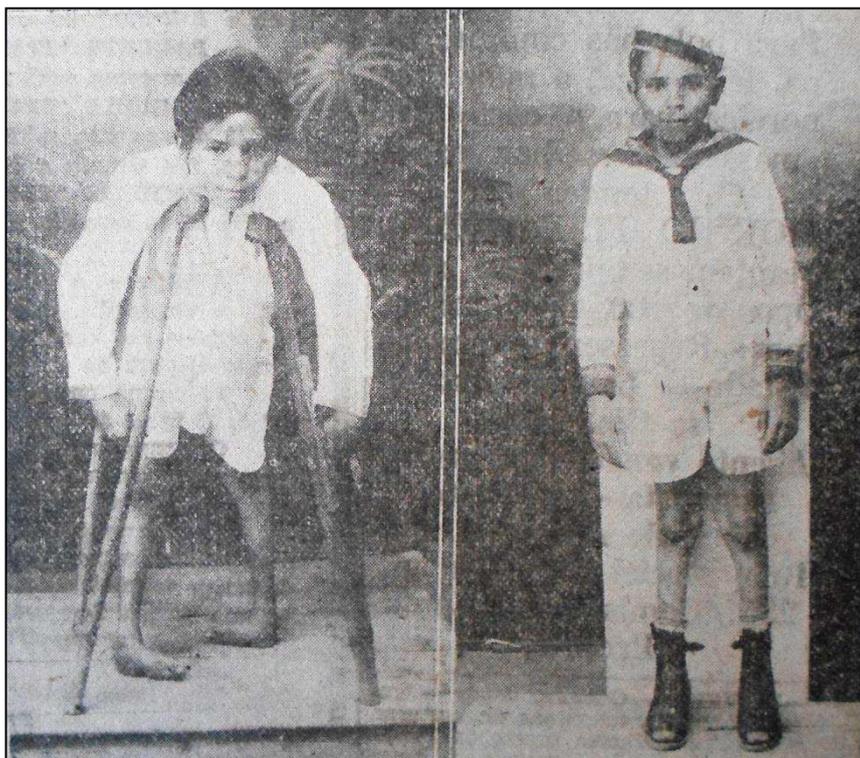
¹¹⁵ *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.





ISSN 21764514

III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Fotografias publicadas por *A União* do menor Francisco de Assis antes e depois da intervenção cirúrgica realizada pelos Drs. Nelson Carreira e Aluisio Raposo no Instituto de Proteção e Assistência à Infância de João Pessoa. Imagens extraída de *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.

De acordo com a notícia, a família do menor opunha-se ao procedimento cirúrgico, o que acarretou a intervenção judicial no caso. Detalhando melhor este emaranhado de discursos e interesses, e acrescentando os seus próprios enunciados neste jogo de poder, *A União* apresentou a seguinte versão:

Esse menor, que vivia esmolando, arrimado a duas muletas, fora recolhido pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância, e nesse estabelecimento, se sujeitou à intervenção cirúrgica, a contragosto da família, que alegava tirar elementos para sua manutenção dos óbolos pelo mesmo granjeados. Fez-se preciso, por isso, a intervenção do juiz de órfãos a fim de competir (sic) os parentes a dar o consentimento indispensável à intervenção do médico¹¹⁶.

¹¹⁶ De acordo com Hochman e Fonseca (1999, p. 75 – 76) o movimento sanitarista brasileiro surgiu no início do século XX e pode ser dividido em duas fases. A primeira, marcada pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde, entre 1903 e 1909, teria se restringido ao saneamento do Distrito Federal e dos portos. A segunda, entre as décadas de 1910 e 1920, traria a ênfase no saneamento rural. Segundo Lima





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A cobertura jornalística em torno deste episódio também se apoiou em outro discurso recorrente na época. Desde o início do século XX o movimento sanitarista¹¹⁷ produziu uma interpretação sobre o Brasil baseada na ideia de que o homem pobre dos “sertões”¹¹⁸ era improdutivo devido às doenças. Dessa forma, bastaria “curá-lo”, isto é, dar-lhe educação sanitária e extirpar suas enfermidades, para que ele fosse transformado em um trabalhador produtivo e um cidadão útil à nação. Ora, é justamente este o argumento apropriado por *A União* para enaltecer a intervenção das instituições disciplinares no caso do menor Francisco de Assis:

Os Drs. Nelson Carreira e Aluisio Raposo operaram-no, **conseguindo de um estropiado inútil à sociedade fazer um ente apto para a luta pela vida.** [...]. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância tomou a iniciativa de promover o internamento desse menor num estabelecimento profissional, onde possa receber a educação precisa **para se tornar um elemento útil à sua família e à pátria**¹¹⁹.

Ao empregar os conceitos de “aptidão” e “utilidade”, *A União* evidencia a ação do “poder disciplinar” em terras paraibanas. De acordo com Michel Foucault (2013, p. 133 – 134), esta “microfísica” do poder, que emerge das demandas do capitalismo industrial, configura-se como um dispositivo de controle social que tem por finalidade a formação de indivíduos economicamente produtivos e socialmente ordeiros. Para tanto, diversas instituições – como escolas, fábricas, hospitais, prisões, internatos, dentre outras – são mobilizadas com o objetivo de (com)formar sujeitos “dóceis”, isto é, “aptos” para o trabalho e “inaptos” para a luta política.

(1999, p. 108), este movimento evidenciou “a doença e o abandono como marcas constitutivas das áreas rurais do Brasil”. Além disso, os sanitaristas do início do século XX recusavam as interpretações deterministas e afirmavam que o trabalhador brasileiro não era “improdutivo” por natureza, mas encontrava-se nesta condição devido às doenças. Por isso, eles defendiam o saneamento, o combate às endemias e a educação sanitária como medidas estratégicas para o desenvolvimento do Brasil.

¹¹⁷ No discurso médico-sanitário das primeiras décadas do século XX, *sertão* era muito mais uma noção sócio-política do que propriamente geográfica. Nessa perspectiva, esta noção não se prendia à localização espacial estrita do recorte geográfico, estando sua definição relacionada a dois elementos: a presença da doença e a ausência dos poderes públicos. A este respeito, Cf. Hochman (2006) e Lima (1999).

¹¹⁸ *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933. Grifos nossos.

¹¹⁹ Os áudios da radionovela foram disponibilizados a partir de visita ao CIBEC, do INEP, que digitalizou parte dos arquivos de áudio do Mobral. As gravações indicam apenas ano de produção e o nome da radionovela Vila da Boa Saúde. Até o momento da pesquisa não foi possível produzir mais informações sobre suas condições de produção.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Dessa forma, ao narrar a história de Francisco de Assis, *A União* apropriava-se do episódio para fixar no imaginário de seus leitores uma determinada representação social do proletariado: “doente”, “improdutivo”, “preguiçoso” e, por isso, “carente” da intervenção médico-disciplinar. Neste caso, o jornal do governo exerceu um papel de dispositivo discursivo, ajudando a justificar a atuação do poder e das instituições disciplinares. Ao evidenciar um caso extremo, em que teria sido possível a produção cirúrgica de um “corpo útil”, *A União* tomava partido em defesa dos “benefícios sociais” da intervenção médico-disciplinar sobre a vida das classes trabalhadoras.

A limpeza do trabalhador chega ao rádio: o Programa de Educação Comunitária para a Saúde do Mobral nos anos 70

Passados 40 anos, os dispositivos de medicalização da sociedade haviam se ampliado na Paraíba. Tanto pela ampliação de instituições médicas pelo estado, quanto pelos efeitos que estas tinham nos modos de gestão da vida, especialmente nas cidades de maior porte. Enquanto isto, nestes mesmos espaços, a vida da população pobre das cidades e do campo era marcada por uma distância abissal em relação aos ideais da modernização que, desde os anos 30, tinham a sanitização da população como uma das suas principais marcas. As representações sociais produzidas pelas elites letradas sobre estas populações permaneciam associando pobreza, sujeira e ignorância; como no passado, enquanto eram transformadas pelo gestão autoritária que dava forma ao governamentalidade em vigor. O trabalhador figurava no imaginário da ditadura civil militar como objeto de sua ação: alguém cuja conduta precisaria ser disciplinada.

A produção imagético-discursiva do regime militar é a de que suas ações eram um ponto de ruptura com o passado brasileiro; em relação a intensidade da intervenção sobre a população, o governo de seus gostos, seus afetos, suas formas de cuidado consigo. Ora, temos um Ditadura civil militar que, por diversos meios, busca agir e infiltrar-se em todas as regiões do Brasil. Trata-se de um governo que estava propondo um modelo de intervenção que se pretendia mudar drasticamente a geografia e as vidas daqueles que tocava, interferência incisiva, inelutável, indelével. A intervenção, portanto, é o vértice no qual os lados do Regime se encontram, pois, enquanto positivava essa lógica através da sanitização e das campanhas de vacinação, por exemplo; também tornava possível o





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

esquadrinhamento do país através da busca de informações do Sistema Nacional de Informações –SNI, a investigação das condutas da população, especialmente dos movimentos sociais e lideranças políticas, iniciativas de resistência política (GUIMARÃES NETO, VITALE NETO, 2018).

Por outro lado, preocupada com a sua legitimação, a Ditadura produziu, através da Agência Especial de Relações Públicas – AERP, um modelo de propaganda que fez da educação sanitária de toda a população o núcleo da representação da limpeza que o regime estaria fazendo no país (FICO, 1997). Se, do ponto de vista político, a corporação agia na caça aos “inimigos internos”, os subversivos, os comunistas; do ponto de vista cultural sua ação tinha duas frentes: o ataque conservador aos artistas através da censura e a produção de uma bandeira própria, uma positividade, uma ação que, ao invés de proibir, calar, eliminar; pretendia produzir novas subjetividades: o sujeito ordeiro e limpo, numa retomada do entusiasmo pela educação sanitária que marcou as primeiras décadas do século XX.

No entanto, especialmente nos anos 70, a forma do discurso sanitarista havia se transformado. A educação sanitária direcionada aos adultos havia sofisticado as suas estratégias. Publicações em cores em cartazes e revistas, a criação de personagens mobilizadores da população como o Sujismundo (FICO, 1997), e programas de rádio como o projeto Minerva e o Domingo Mobral tornaram-se as principais estratégias de agenciamento de novas subjetividades. É nesse sentido que dentro do Mobral foi criado o Programa de Educação Comunitária para a Saúde – PES, com o intuito de produzir conteúdos sanitários para os egressos do programa de alfabetização (ALVES, 2015). O PES valia-se de cartilhas e do rádio para agenciar seu público, por isto, em 1978 criou a radionovela Vila da Boa Saúde, que produzia histórias que uniam o cotidiano que imaginavam do público aos temas sanitários, como é o caso do episódio 48:

Música - Eu sou limpeza assim me chamo [inaudível]

Mãe - Tem muita gente boa ainda, que pensa que limpeza é luxo. Que sujeitinho mais besta este tal de limpeza pensa que um bacana não tem onde cair morto e só anda arrumado, parece um doutor.

Filha - E eu acho que ele estar certo mãe

Mae- uhm! já vi que você anda arrastando a asa pra este sujeitinho.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Filha- Eu não mãe, mas não tinha nada de mais eu me interessar por ele. É um rapaz honesto, trabalhador, caprichoso e limpo.

Mae -Que deus te proteja minha filha. Conjuro que homem feio, ele que não se meta com você.

Homem- Beleza não põe mesa dona Dazinha. Limpeza está certo, ele sabe como é bom viver com higiene. E higiene é o ponto de partida para saúde, quem tem saúde tem tudo¹²⁰.

Enquanto Limpeza se arruma e se penteia, as pessoas de Vila da Boa Saúde passam a perceber nele uma semelhança ao que imaginam ser um doutor. Alguns acham isto um signo de que ele é um rapaz metido, já outros percebem nele um bom partido. Seus hábitos tinham um poder mágico, pois, embora ele fosse “um conjuro de homem feio”, sua limpeza se contrapunha à falta de atributos, pois a higiene era um símbolo de saúde e “quem tem saúde tem tudo”, inclusive beleza.

Com isso, o personagem Limpeza, além de um jogo linguístico, funcionava como um guia do comportamento dos ouvintes. A Limpeza teria poderes de contrapor leituras, maquiar imperfeições, remanejar os afetos. Assim, os rapazes ouvintes tinham seus ouvidos seduzidos para um modelo de vida, baseado na demonstração de qualidades tidas como validas como o trabalho, a honestidade, o capricho e a higiene.

O dispositivo do rádio, da comédia, do texto com curta duração eram mecanismos através dos quais se pretendia aproximar-se da população. Pois, através do riso sobre o rapaz, que, apesar de feio, se tornava bonito por meio da limpeza; outra forma de vida era normalizada. A nova sensibilidade que se pretendia instaurar, cartografava um já velho percurso para o corpo e seu asseio. Tratava-se da sedução para o consumo de objetos de limpeza como xampus e sabões, roupas, brilhantinas, e perfumes; símbolos da modernização para boa parte da população pobre brasileira. Tratava-se de uma “paisagem corporal que emerge [desde] o século XIX balizada na relação entre a água e o corpo”. (BURITI, 2011: 40).

¹²⁰ Nessa pesquisa, irei citar na íntegra a linguagem dos depoentes.





Considerações Finais

Ao associar as temporalidades dos anos 30 e 70 é possível perceber que a intervenção que se pretendia nova, durante o regime militar era ressonância de outras iniciativas - maneiras tanto do Estado, como de agentes da sociedades civil vinculados ao mundo letrado e sanitarista de intervir sobre a população, julga-lhes as condutas e intervir sobre suas vidas. Tanto o fictício Limpeza, quanto o empírico Francisco de Assis são fragmentos e representações da invenção de um trabalhador que, disciplinado, seja pela cirurgia, seja pelo banho emergia como novo modelo de vida. Em ambos os casos, ao rachar as palavras do jornal e do programa educativo, percebe-se que eles eram agenciados como exemplo de transformação social para melhor, graças à medicalização de seus corpos; tonando-se, com isto, figuras a serem seguidas, paradigmas a serem copiados. Permanece portanto uma forma de narrar o corpo a partir do qual o trabalhador paraibano e, porque não, brasileiro, deveria se apropriar da modernização e medicalização para ser mais produtivo. Uma vez seguidos como exemplos, eles faziam parte do exercício de normalização de formas de vida, de gestão da classe trabalhadora nas mais diversas dimensões da existência. Do amor ao manejo das máquinas, do banho à cirurgia uma vida medicalizada estava em gestação, não apenas do ponto de vista do indivíduo, mas como gesto biopolítico de governo do conjunto da população.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Maxsuel Lourenço. **Entre vacinas e canetas:** as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral (1970 – 1985). Campina Grande: Dissertação (Mestrado) – UFCG/CH, 2015.

BURITI, Iranilson. **Leituras do Sensível:** escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império. Campina Grande. EDUFCG, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

_____. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhte. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In_ NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETTIT, Pere; Lohn, Reynaldo Liodolfo (orgs.). **Utopia e Repressão: 1968 no Brasil.** Salvador, Saggá Editora, 2018.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento:** as bases da política de Saúde Pública no Brasil. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. “O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937 – 45”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 73 – 93.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil.** Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo, Contexto, 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

